

## O DASP e o combate à ineficiência nos serviços públicos: a atuação de uma elite técnica na formação do funcionalismo público no Estado Novo (1937-1945).

The DASP and the battle against inefficiency in public services:  
the role of a technical elite in the constitution of the civil service in Vargas'  
Estado Novo (1937-1945).

Fernanda Lima Rabelo\*

**Resumo:** O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi um órgão criado em 1938 pelo governo de Getúlio Vargas (1930-1945), com o objetivo de diminuir a ineficiência do funcionalismo público federal e reorganizar a administração pública. No Departamento, surgiu uma elite técnica responsável pela reestruturação de todo o funcionalismo público federal, e que tentou promover mudanças no trabalho, principalmente na forma de ingresso, carreira e organização das repartições públicas, centralizando decisões. Vistos como “agentes de Vargas” na centralização burocrática promovida, os técnicos administrativos do DASP eram criticados pelo funcionalismo e, ao mesmo tempo, exaltados dentro da máquina burocrática do Estado Novo (1937-1945). Este artigo analisa o papel dos técnicos na promoção de uma nova mentalidade pública no funcionalismo federal neste período.

**Palavras-chave:** DASP. Estado Novo. Administração pública.

**Abstract:** The Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) was a department created in 1938 by the Getúlio Vargas's government (1930-1945), in order to reduce the inefficiency of the federal civil service and reform the public administration. In the department emerged a new technical elite responsible to restructure the entire federal civil service, that tried to make changes at work, mainly on budget, career and organization of public offices, centralizing decisions. Viewed as agents of the coercive government of Estado Novo (1937-1945), this elite was severely criticized by other civil service employees and at the same time exalted into the bureaucratic machinery of the government. This article

---

\* Graduação e licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense (2004), mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutoranda em História Social pelo mesmo programa (início em 2009).

examines the role of these technicians in the promotion of a new mentality in public services in Brazil's Estado Novo's organization.

**Keywords:** DASP. Estado Novo. Public administration.

O tema deste artigo é a reforma administrativa brasileira a partir da perspectiva de um grupo de técnicos administrativos que se formou no momento de expansão das capacidades administrativas do Estado no Brasil, no período do Estado Novo (1937-1945). Para compreender a modernização proposta por este grupo, é necessário avaliar as mudanças ocorridas na atuação do Estado como promotor de reformas no período republicano, principalmente após a tomada de poder por Vargas e golpe político, em 1937.

Este artigo considera a tese de Edson Nunes (1997) de que há na administração pública brasileira, arraigadas nas práticas políticas e sociais, quatro ordens políticas (gramáticas) específicas: o clientelismo, existente desde o período do Império e responsável pela organização deficitária da administração pública no país, e, conseqüentemente, à ineficiência burocrática<sup>1</sup> estatal; e o insulamento burocrático, o corporativismo e o universalismo de procedimentos, que se tornaram prioridades na condução da nova administração pública visionada por Getúlio Vargas quando assume o poder em 1930. A partir da análise desses quatro elementos, é possível investigar a mentalidade adotada por esta elite técnica no governo Vargas, que visionava uma transformação da ordem por meio de novas instituições políticas na administração pública brasileira.

A Primeira República (1889-1930) foi um período que se caracterizou pela pouca organização administrativa do Estado e por poucas propostas de reformas no funcionalismo público. Apesar do surgimento de movimentos reformistas, principalmente após 1920, ligados às áreas sanitária, educativa, ferroviária e militar, não houve uma significativa expansão das capacidades administrativas do Estado brasileiro neste período, em detrimento do poder dado pela Constituição de 1891 aos estados e municípios (HOCHMAN, 1993: 41-60).

O advento do novo governo sob a presidência de Getúlio Vargas (1930-1945) trouxe uma reorganização do poder, com a substituição de elites oligárquicas de funções políticas através de novas negociações, e da instituição de um regime autoritário, a partir de 1937.

---

<sup>1</sup> A burocracia é correlacionada à ineficiência dos órgãos públicos ou da administração de uma forma geral. Entretanto, levando em consideração o conceito de burocracia weberiana, onde ele avalia um tipo ideal de burocracia, ou seja, elementos que transformam o papel administrativo e político do Estado como regulador da sociedade, entende-se, como Carlos H. Paiva, que a burocracia faz parte de um processo histórico específico de transformações dos vínculos sociais, expressa principalmente no campo político-administrativo, que não necessariamente está ligada ao campo de trabalho, mas a experiências sociais e identitárias inerentes a qualquer sociedade (PAIVA, 2009: 775-796).

Essas mudanças podem ser vistas nas reformas efetuadas na área trabalhista, na criação do Ministério da Educação e Saúde, na ampliação do parque industrial no país e na criação de comissões e departamentos novos, como o especialmente estudado neste artigo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que tinha a função de reformar o aparelho administrativo do Estado.

Na década de 1930, surgiu no Brasil uma elite especializada<sup>2</sup>, que conjugou o espírito de reformas com uma nova visão da administração pública, associada a um projeto de governo de expansão das capacidades administrativas, centralizando-as. Conjugando os interesses deste corpo de funcionários federais e o governo, em 1936 foi criado o Conselho Federal do Serviço Público Civil (CFSPC), que pelo Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, se transformou no DASP. Essa elite era formada por funcionários pertencentes a diferentes ministérios, que assumiram cargos de chefia de divisões e seções no DASP, sob os auspícios e a indicação de Luis Simões Lopes, nomeado presidente do Departamento.

Lopes era um ex-funcionário do Ministério da Agricultura e ex-funcionário de gabinete da Presidência da República. Em 1935, Getúlio Vargas delegou a Lopes a função de diretor da nova comissão de estudos de reforma da administração pública, que em 1936 se tornou CFSPC e, em 1938, o DASP, sob sua direção. Assim, Simões Lopes liderou o processo de reforma administrativa no Estado Novo, obtendo um importante papel na condução dessas reformas e na organização do novo departamento. Simões Lopes acreditava que o funcionalismo público era ineficiente devido, principalmente, à má formação do mesmo e à inexistência de concursos sérios. Ele afirmava que os concursos, na época, eram alvos de “*grossas bandalheiras*”, e que a lei que instituiu o CFSPC acabou criando uma “*norma de trabalho dentro do serviço público brasileiro*” (LOPES, Entrevista de L. Simões Lopes ao CPDOC, parte I, CPDOC, FGV, 2003: 14).

O DASP foi um departamento primordial na execução dos objetivos do governo, organizando os orçamentos, classificando cargos do funcionalismo, introduzindo novos métodos e novas técnicas para os serviços burocráticos (universalizando procedimentos), organizando processos seletivos de funcionários por meio de concurso (meritocráticos) e criando cursos de aperfeiçoamento em administração pública, os primeiros no Brasil.

---

<sup>2</sup> A utilização do termo elite/elite burocrática se relaciona aos conceitos de N. Bobbio, que confere à elite a posição de uma minoria que detém o poder, em relação a uma maioria que é privada do mesmo, detendo controle no campo político, ideológico e social ao qual ela está inserida (BOBBIO, 1992:386) e de M. Weber, que avalia que a elite burocrática, um dos três tipos de dominação política existente no Estado moderno, exerce um papel de dominação racional da sociedade, centrada em estatutos e na disciplina de serviço (WEBER, 1986:30).

As reformas conduzidas pelo DASP, vistas como inovadoras para a época, consideravam que antigos princípios políticos deveriam ser substituídos por uma nova estrutura mais burocratizada e menos dependente dos interesses clientelistas (GRAHAM, 1968). A burocracia, no departamento, seria um elemento organizador de uma cultura científica, cultura esta assegurada por uma elite técnica e especializada. O conceito de burocracia adotado por este grupo seria de normatização e regulação no campo de trabalho e também da vida social, pois se inferia que a mentalidade do funcionalismo público deveria ser mudada e essa mudança só ocorreria com a adoção da meritocracia e padronização do funcionalismo, afastando a influência política presente na distribuição de cargos e promoções. Essa elite técnica também se apropriava de teorias científicas norte-americanas, o chamado *scientific management* ou administração científica, teorias recentes à época de implantação no Brasil<sup>3</sup>, o que conferia uma identidade específica ao grupo, associada à conjugação de novas técnicas, estudos e aplicações de teorias presentes em modelos estrangeiros, tornando este grupo detentor de um saber científico altamente especializado e, portanto, diferenciado no funcionalismo federal.

A busca por um modelo administrativo externo que embasasse as reformas que o Departamento desejava efetuar fez com que o governo promovesse o intercâmbio entre a administração federal brasileira e outros modelos administrativos no exterior, com a promulgação do Decreto-lei n. 776, de 7 de outubro de 1938, chamado *Missão de Estudos no Estrangeiro*, de autoria do próprio Luis Simões Lopes. Nele, o governo instituía o intercâmbio de técnicos e funcionários administrativos federais brasileiros para aperfeiçoamento no exterior, após seleção feita pelo próprio DASP. A partir deste decreto, o governo enviou funcionários técnicos administrativos, principalmente, para universidades estrangeiras, através do pagamento integral de salários pela Embaixada em Washington, acrescidos de uma ajuda de custo para moradia e passagem.<sup>4</sup> Tal intercâmbio ocorreu, principalmente, entre técnicos do próprio DASP, que eram enviados aos Estados Unidos, majoritariamente, de duas formas: com o auxílio do Decreto-lei *Missão de Estudos no Estrangeiro*, com afastamento e viagem financiados pelo governo brasileiro, e por uma instituição privada para estudos em universidades norte-americanas, o *Institute of International Education* (IIE), de Nova York, que distribuía bolsas em parceria com o governo

---

<sup>3</sup> O *scientific management*, corrente da administração norte-americana, se tornou um dos elementos norteadores de reformas nos Estados Unidos, nos chamados anos progressistas (1890-1920), que incluía a adoção de técnicas administrativas baseadas no modelo *machine*, de F. Taylor, normatização rígida de toda e qualquer atividade de trabalho, busca pela eficiência e combate à corrupção e ineptidão do funcionalismo público (WAHRLICH, 1946:91; e WAHRLICH, 1983).

<sup>4</sup> Fundo DASP. Viagens ao estrangeiro. Pastas 664 e 665. Arquivo Nacional.

brasileiro, e seleção do DASP. As bolsas da IIE se destinavam a funcionários com especializações diferenciadas, como agrônomos, economistas, engenheiros, e também a técnicos, em menor quantidade. A partir do decreto, dezenas de funcionários públicos administrativos viajaram para os Estados Unidos, país que tinha o modelo administrativo que o governo brasileiro desejava conhecer, no momento em que as relações entre os dois países estavam se estreitando, um ano antes do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

O intercâmbio de brasileiros nos Estados Unidos foi alvo de intenso debate entre opositores e apoiadores dessa experiência. Tal intercâmbio ocorreu, principalmente, entre a *School of Public Affairs*, da *American University*, em Washington – principal centro de referência em estudos em administração pública nos Estados Unidos no período – e o Ministério das Relações Exteriores, abrangendo dezenas de servidores públicos brasileiros, pertencentes ao DASP e aos ministérios supracitados. Apesar da lei não indicar um país específico para a viagem de estudos, entre 1937 e 1945 todas as bolsas foram destinadas para estudos nos Estados Unidos.<sup>5</sup>

A elite técnica formada no DASP participou ativamente deste intercâmbio, o que possibilitou que o Departamento fosse considerado modelo, tanto pela organização, pela eficiência e pelas metas, quanto pela formação do funcionalismo que lá atuava.

Como avalia Gilberto Hochman (1988), o exame de experiências internacionais é um importante vetor de análise das próprias instituições, presentes neste período e em períodos subsequentes ao governo Vargas. Neste sentido, a busca por uma nova prática administrativa, um novo modelo de gerenciamento e racionalização do serviço vinha na experiência bem sucedida do vizinho norte-americano, que desde o final do século XIX redirecionou a organização dos serviços civis, não os centralizando, mas trazendo uma eficiência e racionalidade novas, baseado nas teorias gerenciais da administração científica.

O DASP estabeleceu um novo estilo de organização administrativa, centralizando em suas mãos reformas em ministérios e departamentos, cujo objetivo inicial era modernizar o aparato administrativo. Ele diminuiu, também, a influência dos poderes locais e centralizou

---

<sup>5</sup> A *School of Public Affairs* criou, no período, cursos de administração para servidores públicos com estágio em repartições federais, municipais ou estaduais no país. A partir de 1937, ela começou a direcionar esses cursos para estrangeiros, que faziam 8 meses de curso e 4 meses de estágio em repartições. No período da guerra e anterior a ela, a *American University* ofereceu cursos de estratégia, para militares, e de segurança, para funcionários do governo, associados ao Departamento do Estado. Apesar de ser o principal local de intercâmbio, alguns funcionários fizeram cursos de técnicos em administração na Universidade de Chicago e em Syracuse. *The American University Bulletin*, vol 14, n. 7, April 1939. Washington, The American University Library. The Internet Archives Organization.

as decisões da administração pública, através da transferência de autoridade local para o presidente Vargas e para o Departamento e seu presidente, na capital.

Criou ainda órgãos nos estados da União, conhecidos como “daspinhos”, nos quais os diretores entravam permanentemente em contato com o presidente por meio de interventores. Entre as funções do DASP estavam: o estudo pormenorizado das repartições e dos departamentos públicos federais e estaduais; a organização de proposta orçamentária, de acordo com instruções da presidência da República; a fiscalização dessas instruções e de sua execução orçamentária; a seleção de candidatos a cargos públicos federais (excetuando-se cargos da Câmara, das Secretarias e de Magistrado); a promoção; readaptação e o aperfeiçoamento de funcionários civis da União; e a inspeção de serviços públicos (BRASIL, DECRETO-LEI N. 579, 1938).

Ainda conjugando esforços para promover as mudanças no serviço público federal, observam-se a organização e o direcionamento das Comissões de Eficiência, presentes em cada ministério. As Comissões foram criadas junto ao CFSPC, em 1936, e eram formadas por três servidores nomeados pelo presidente. Elas representavam os objetivos de Vargas de reorganizar ministérios e departamentos sob novos preceitos de eficiência administrativa, porém articulando-as aos seus interesses, promovendo o chamado insulamento burocrático, ou seja, a constituição de núcleos técnicos associados ao Estado, desenvolvendo um controle maior do Estado sobre órgãos públicos e funcionalismo. Com sua criação, as Comissões poderiam promover quaisquer alterações nos órgãos públicos que julgassem convenientes, inclusive julgar questões de transferência, remoções e permuta, inspecionar ações de funcionários do ministério e “propor as medidas que julgassem necessárias à sua racionalização” (IDEM IBIDEM), devendo, contudo, reportar-se a Vargas e Simões Lopes.

O insulamento burocrático ocorreu, assim, como um efeito não antecipado de tentativa de reforma do serviço público. As demandas oligárquicas existentes ainda na Era Vargas levaram a práticas clientelistas, que formavam dentro do funcionalismo público grupos que, mesmo que não tivessem poder decisório, contavam com a influência sob Vargas durante o regime.

O presidente do DASP se posicionava como um grande defensor da meritocracia e crítico ao clientelismo presente no funcionalismo. Sua meta era alcançar um grau de organização semelhante aos dos países estrangeiros, como Inglaterra e Estados Unidos. É perceptível no discurso de Lopes seu entusiasmo com as teorias de administração científica norte-americanas, pois ele acreditava que a maior mudança ocorrida com a criação do Departamento foi a organização de capacitação para técnicos em administração e a organização de concursos de seleção de funcionários. Presumia que a eficiência exigida

pelo novo governo e pelos padrões administrativos modernos só seria alcançada após a implantação de concursos na seleção de funcionários e de aperfeiçoamento dos que já se encontravam no serviço público. Por isso, o DASP não dispensou recursos para a criação de cursos técnicos em diferentes ramos, incluindo administração pública e estatística aplicadas às funções de secretariado, recursos materiais e estradas e rodagem.<sup>6</sup>

A racionalização do serviço incluída nos relatórios do diretor do Departamento propunha uma especialização técnica para a ocupação de cargos no serviço público. A busca por eficiência e racionalização do serviço público, e a formação de servidores provenientes de um quadro qualificado e detentores do “saber técnico”, foram o mote do DASP. Simões Lopes defendia essas ideias, o que se comprova através de relatórios, discursos e cartas escritos por ele a Vargas, como a principal mudança instituída pelo Departamento. No relatório do Departamento referente ao ano de 1940, Lopes declara a importância da racionalização do serviço público:

*Importantes e numerosos setores administrativos encontram-se hoje perfeitamente definidos, quanto ao seu aspecto formal, graças, sobretudo, à cuidadosa preparação de seus regimentos, levada a efeito de modo racional. Não se pode negar que a duplicidade de atribuições, a má distribuição de competência, a falta de fixação das atividades de cada serviço e da autoridade de seus agentes responsáveis, havia determinado uma organização administrativa inteiramente desajustada nas suas peças e, por isso mesmo, incapaz de se movimentar convenientemente, qualquer que fosse a forma de execução do trabalho administrativo e a excelência dos méritos nela empregados. Nessa ordem de realizações, a tarefa a ser cumprida ainda é grande, dada a extensão do problema e as dificuldades que se conjugam com a sua solução. Entretanto, a organização administrativa tem um outro aspecto e foi obedecendo a uma orientação técnica que se protelou o momento de encará-lo: o do funcionamento dos serviços públicos. A sua racionalização deveria ser precedida, obrigatoriamente, da racionalização de estrutura e de outras medidas que lhe facilitassem o curso e tornassem natural a sua aceitação (LOPES, Luis S. Relatório das atividades do DASP em 1940. 1941. Rio de Janeiro, BMHS, FGV: 5).*

---

<sup>6</sup> No ano de 1939, foram oferecidos dez cursos de capacitação ou especialização a funcionários do serviço público civil de todos os ministérios: Administração Pública, Administração de Pessoal, Material, Estatística Aplicada à Assistência Social, Seleção de Pessoal, Tributação, Estradas de Rodagem, Educação, Recursos Materiais e Funções de Secretária. **Relatório do DASP do ano de 1939**. DASP, 1940, Rio de Janeiro, BMHS, FGV: 54.

Para Lopes, os problemas encontrados para a criação da nova política de seleção e organização do serviço público nos ministérios relacionavam-se às “prerrogativas”, que já estavam naturalizadas nos setores de administração, constituídas por privilégios e imunidade, de difícil remoção. Porém, o DASP foi um departamento que conseguiu construir uma tecnoburocracia, ou uma elite técnica, cujas ações desagradaram antigas oligarquias. A instituição de uma nova ordem política, inerente ao Estado coercitivo criado em 1937, objetivava criar padronização do funcionalismo, ao mesmo tempo em que tinha poder de delegar nomeações para cargos de confiança e direções departamentais, que não passavam necessariamente por nenhum critério meritocrático. Esta ambiguidade da política brasileira no período estudado foi examinada por Lawrence Graham (1968), que avalia que as reformas propostas pelo novo departamento, diferentemente dos Estados Unidos, que partiam de pressões da classe média para com o governo, ocorria em um processo inverso no Brasil, a partir do governo autoritário, “de cima para baixo”.

Todavia, surgiram no Brasil duas ordens distintas na administração pública, uma legal e outra “funcional”, que acordava com o clientelismo e as exigências dos grupos políticos ligados ao novo governo, criando um formalismo nos procedimentos e uma divergência entre as normas prescritas e o comportamento humano (GRAHAM, 1968: 159-160). Esta análise é fundamental ao avaliar o grau de aceitação das novas normas gerenciais implementadas pelo DASP no funcionalismo federal, que eram constantemente questionadas.<sup>7</sup>

A tarefa do grupo de incorporar novas técnicas ao serviço público brasileiro não foi fácil nem obteve o sucesso esperado, pois demandou uma série de negociações e foi alvo de resistência do funcionalismo federal. Em relatório de Luis Simões Lopes ao presidente da República, ele relata a resistência ao projeto que considerava essencial à nação:

*Ao apresentar a Vossa Excelência a presente exposição das atividades do DASP em 1943, segundo o critério até hoje adotado, é com verdadeira satisfação que registro, inicialmente, a progressiva adaptação do serviço civil às exigências da reforma administrativa, traduzida numa generalizada compreensão dos motivos que levaram o atual regime a encetá-la, em meio à descrença quase unânime. A melhoria dos serviços públicos depende,*

---

<sup>7</sup> Os relatórios do DASP analisados entre os anos de 1938 e 1945 demonstram as sucessivas tentativas frustradas de reforma na administração relatadas por funcionários pertencentes à elite do departamento. RELATÓRIOS DO DASP. Ano de 1938, 1939, 1940, 1941, 1942 e 1943. Rio de Janeiro, BMHS, FGV.



*substancialmente, dessa compreensão. (...). Decorrido pouco mais de um lustro, já não se discute a valia e a oportunidade da reforma; a própria execução das medidas mandadas adotar, se nem sempre se faz a contento e em tempo, é isso devido mais às dificuldades inerentes à adaptação às novas idéias, que a outro qualquer motivo. Levando-se em conta a envergadura da empresa e a intensidade de suas repercussões, não era de esperar-se resultados maiores. É verdade que nesse panorama repontam, por vezes, aqui e ali, as ações inevitáveis, formadas pelos que se refugiam no descontentamento, como a maneira mais cômoda de evitar os sacrifícios que a função pública, em sua justa e única significação de esforço consciente a serviço de grandeza do país, impõe aos que se arregimentam em suas fileiras. Não é indiferente a essa atitude de negação sistemática o próprio sistema do mérito, com as inevitáveis preterições dos menos pelos mais capazes, o que pouco se conformam os primeiros. Felizmente, no quadro geral, essas exceções servem apenas para ilustrar a força e a generosidade dos novos ideais (LOPES, RELATÓRIO DO DASP, 1943, Rio de Janeiro, BMHS, FGV: 4-5)*

Apesar do descontentamento relatado por Lopes em relação às reformas no funcionalismo, o projeto da elite técnica não obteve o sucesso esperado, pois, como Graham analisa, o formalismo de procedimentos e o papel centralizador do Departamento não promoveram uma boa relação do Departamento com o funcionalismo administrativo federal, mas de confronto às normas prescritas e à orientação técnica dominante da elite a cargo das transformações ocorridas no serviço público federal.

O relato demonstra, ainda, o caráter transformador existente em um discurso de valorização da “cultura científica” e da meritocracia, em detrimento das indicações políticas, que entrava em conflito com o governo autoritário do Estado Novo. Desta forma, a identificação das normas estabelecidas pela elite com os funcionários públicos federais não ocorria, pois na prática ela entrava em conflito com as relações sociais e políticas existentes.

Por outro lado, a elite técnica daspiana se diferenciava de outros grupos de trabalhadores pelo caráter técnico e transformador atribuído a ela, que se identificava com este papel. Ela trabalhava em prol do governo Vargas, que criara políticas corporativistas que acabaram por beneficiar grupos de servidores no funcionalismo público. Luis Simões Lopes possibilitou a organização de um sistema de intercâmbio de funcionários públicos ao exterior que, por conseguinte, atribuía a essa elite um papel promotor de reformas

inigualável, identificando-a como exemplo de meritocracia inédita no aparato burocrático estatal.

A formação de uma matriz identitária no grupo, caracterizada pela eficiência atribuída aos serviços, ao espírito de reformas, à formação e destaque dado pelo governo no período do Estado Novo, fez com que ele ganhasse um *status* diferenciado, personalizando as novas metas de Vargas em relação ao funcionalismo público.

Essa identidade conferida ao grupo foi crucial na execução das reformas atribuídas ao Departamento. Luis Simões Lopes e os funcionários desta elite técnica “incorporaram” um novo espírito reformista, que, necessariamente, buscava no exterior modelos de organização que rompessem com o *status quo* vigente no funcionalismo federal. Isso ocorreu, curiosamente, durante a vigência de um regime político repressivo, que propagava os valores nacionalistas como centrais para a modernização do país.

A organização da elite técnica que tinha contato com essas teorias e as divulgava por meio de cursos, palestras, aperfeiçoamento e técnicas gerenciais e administrativas, foi fundamental para estabelecer no DASP esta nova identidade de órgão promotor de reforma e em promover o chamado “espírito científico”. Esta elite técnica foi a promotora das reformas do Departamento até 1945, ano em que o intercâmbio e as ações do departamento foram limitadas com a saída de Vargas do poder e de Simões Lopes da presidência do Departamento.

O estudo das políticas implementadas pelos funcionários da elite técnica formada no DASP no período do Estado Novo considera, desta forma, novas premissas políticas em um momento de reajustamento e reorganização da administração pública e da política no país, e serve como base para se pensar a articulação do Estado com a sociedade no governo Vargas, assim como compreender transformações e permanências no mundo do trabalho e do serviço público no Brasil contemporâneo.

### **Referências bibliográficas**

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 4ª ed. Brasília: EDUnB, 1992.

GRAHAM, Lawrence S. **Civil service reform in Brazil: principles and practice**. Austin: University of Texas Press for the Institute of Latin American Studies, 1968.

HOCHMAN, Gilberto. Aprendizado e Difusão na constituição de políticas: a previdência social e seus técnicos. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 3, n. 7, pp. 84-98, 1988.

\_\_\_\_\_. Regulando os efeitos da interdependência: sobre as relações entre Estado e saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, pp. 41-60, 1993.

NUNES, Edson de O. A gramática política no Brasil. **Clientelismo e insulamento burocrático**. Rio de Janeiro: ENAP/Zahar, 1997.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). In: **Revista História**, São Paulo, n. 28 (2), pp. 775-796, 2009.

WAHRLICH, Beatriz M de Souza. Contribuição norte-americana ao progresso da administração pública brasileira. In: **Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos**, vol. IV, jan-dez, n. 10, pp. 89-97, 1946.

\_\_\_\_\_. **Reforma administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

WEBER, Marx. Os Três Tipos Puros de Dominação Legítima. In: COHN, Gabriel. **Weber**. São Paulo: Ática, 1986.

Recebido em *setembro* de 2011  
Aprovado em *outubro* de 2011